

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Primeiro debate mensal do Primeiro-Ministro na AR



Apresentação do Orçamento



(pagina 5)

Eleições regionais a mesma dignidade



(Última)



Intervenção sobre a Petição nº42/VIII/2ª referente ao Hospital Visconde de Salreu

Deputada Isménia Franco
Assembleia da República, 13 de Outubro 2004



(...)
Petição nº42/VIII/2ª cujo primeiro subscritor é o Dr. José Eduardo Matos, nasce num contexto em que legitimamente se podia questionar a continuidade do hospital de Estarreja, face às deficientes instalações do mesmo, à ausência de investimentos, aos baixíssimos níveis de produção hospitalar, à ausência de motivação dos profissionais, à projectada abertura do SAP no novíssimo centro de saúde de Estarreja e à indiferença do governo de então.

Penso que neste momento e face à política do anterior e actual governo em matéria de saúde, é já a presente petição extemporânea.

No entanto, gostaria de partilhar com V. Exas. algumas das preocupações que levaram o 1.º subscritor e que são também as preocupações dos deputados do círculo de Aveiro eleitos pelo PSD.

A anterior Presidente do conselho de administração do hospital encontrava-se demissionária desde 2002 por dissensões graves com os restantes

membros do conselho de administração; a prolongada instabilidade no seio do conselho de administração contribuiu para que o clima de suspeição sobre o futuro do hospital se mantivesse nos próprios trabalhadores e na população.

Entretanto, em visita ao hospital no passado dia 21 de Maio com o então Secretário de Estado da Saúde, e outras altas individualidades do distrito e da saúde, constatei que com a entrada em funções do novo conselho de administração, a 17 de Novembro de 2003, se criou um novo ciclo de **confiança, de paz e de trabalho** neste hospital.

Pude verificar que tinha sido estabelecida e reforçada a cooperação com a ARS Centro, a Sub-Região de Aveiro e o centro de saúde de Estarreja, que se veio a traduzir na celebração de um protocolo para a criação do SAP/ serviço de urgência no hospital.

Foram também criados laços fortes com os representantes da comunidade em torno do hospital e da sua missão, nomeadamente com a Câmara Municipal de Estarreja, cujo actual presidente é o 1º subscritor da petição em apreço, comissão concelhia de saúde, bombeiros voluntários de Estarreja, PACOPAR (aonde estão as principais empresas químicas de Estarreja), Governo Civil de Aveiro e deputados da Assembleia da República.

Foi com agrado que constatei o grande ênfase dado à melhoria da actividade assistencial, nomeadamente no **bloco operatório** que se tem revelado de grande proveito para as populações locais e no alargamento das **especialidades médicas na consulta externa**, com a inclusão da **nefrologia,**

da neurologia e da pediatria.

Verifiquei que foram adoptados critérios de maior contenção e racionalidade nos custos, que se traduzem em economias consideráveis, sem contudo pôr em causa a qualidade dos serviços prestados, a qual tem vindo a aumentar, fruto da implantação de um **sistema de monitorização** do grau de satisfação dos utentes do hospital.

Naturalmente que tudo isto é fruto do **grande empenho e dedicação da actual administração do hospital** que, estou certa, com a estreita colaboração do governo através da actual **Secretária de Estado da Saúde, Dra. Regina Bastos**, irá continuar a desenvolver esforços no sentido de dotar esta unidade de saúde dos **meios humanos e técnicos indispensáveis à prossecução dos superiores objectivos** a que se propôs e que estão em consonância com a **política do governo para o sector, muito especialmente prestar mais e melhores cuidados de saúde à população.**

Este é um dos grandes objectivos partilhados pelos Deputados do distrito de Aveiro para uma boa cobertura na área da saúde.

Por último, dando corpo a esta filosofia de acção que plenamente comungamos, tomei conhecimento que muito recentemente **foi apresentado à tutela um projecto de remodelação do edifício e de modernização dos equipamentos e instalações que fará deste hospital uma unidade de referência em termos de qualidade e que, muito sinceramente espero e acredito, mereça a aprovação do actual governo.**

(...)

O PSD Propõe

Projecto de Lei Nº 503/IX

Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Na sequência da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, torna-se necessário dotar o Tribunal Constitucional da entidade das Contas e Financiamentos políticos naquela prevista.

(...)

Âmbito

A presente lei regula a organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, criada pela Lei nº 19/2003, de 20 de Junho.

Natureza

A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, adiante designada por Entidade, é um órgão independente que funciona junto do Tribunal Constitucional e tem como atribuição coadjuv-lo tecnicamente na apreciação e fiscalização das contas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais para Presidente da República, a Assembleia da República, o Parlamento europeu, as Assembleias das Regiões autónomas e as Autarquias Locais.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 20 de Outubro de 2004-15:00h

Projecto de Lei n.º 503/IX (PSD, CDS-PP e PS)
(Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos)

Proposta de Lei n.º 138/IX (GOV)
(Autoriza o Governo a legislar sobre matéria relacionada com a liberdade de escolha e exercício da profissão no transporte colectivo de crianças)

Projecto de Resolução n.º 166/IX (PS)
(Constituição de uma Comissão Eventual para análise e acompanhamento da construção do futuro aeroporto internacional)

Projecto de Resolução n.º 279/IX (CDS-PP)
(Fomento de hábitos de leitura)

Quinta-Feira, dia 21 de Outubro de 2004-15:00h

Eleição da Mesa da Assembleia da República:
· 1 Vice-Presidente;
· 1 Secretário

Proposta de Lei n.º 140/IX (GOV)
(Autoriza o Governo a alterar o regime jurídico do arrendamento urbano)
Outras iniciativas sobre a mesma matéria (por arrastamento).

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 22 de Outubro de 2004-10:00h

Conta Geral do Estado 2002



Intervenção sobre a Petição nº29/IX/1ª referente ao Fundo de Garantia Social e à alteração da Lei das Falências

Deputado Carlos Miranda
Assembleia da República, 13 de Outubro 2004



(...)

A partir de um caso concreto que se desenvolveu em torno do encerramento, mais ou menos rocambolesco, da empresa VESTUS – Confecções, sediada em Santa Marta de Corroios, no Seixal, foi constituída a Associação de Solidariedade com as Vítimas das Falências - a Sobreiro 19, cujos dirigentes, aqui presentes, saúdo.

A sua constituição aconteceu no final do ano de 2002, precisamente no período de maior frequência de encerramento de empresas no distrito de Setúbal. As preocupações dos trabalhadores da VESTUS eram, naturalmente, extensíveis a muitos outros trabalhadores, pelo que rapidamente foram recolhidas as 6300 assinaturas que suportam a presente petição.

Do teor da petição e das audiências directas que se realizaram foi detectado um conjunto de questões que correspondia também, ao tempo, às mais iminentes preocupações não só do Grupo Parlamentar do PSD como do XV Governo Constitucional.

Ora, foi exactamente sob a égide desse Governo que foi possível introduzir instrumentos jurídicos no nosso ordenamento que permitiram, de alguma forma, satisfazer – diria mesmo, satisfazer integralmente – a petição presente nesta Assembleia, subscrita pelos trabalhadores da VESTUS e pela Associação Sobreiro 19.

Foram introduzidos dois instrumentos fundamentais: **o novo Código do Trabalho e o novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.**

(...)

Reclamavam os trabalhadores uma maior celeridade no processamento das falências. Ora, o novo Código da Insolvência veio precisamente introduzir mecanismos eficazes de aceleração processual e, por outro lado, a especialização dos tribunais e dos juizes contribuirá decisivamente também para o mesmo objectivo.

Apelavam, por outro lado, os trabalhadores a um reforço dos seus direitos de crédito sobre a massa falida. Correspondeu-lhes o Governo, indo

mais longe do que os próprios sindicatos pediam.

A saber: os trabalhadores passam a ter representação obrigatória nas comissões de credores; os créditos laborais (não apenas os respeitantes a salários em atraso mas também os que derivam das indemnizações pela violação ou cessação do contrato de trabalho) passam a gozar de privilégio mobiliário geral e privilégio imobiliário especial; instituiu-se o pagamento antecipado dos créditos laborais no âmbito do rateio antecipado do produto da liquidação dos bens da massa falida; criaram-se medidas cautelares especiais tendentes à salvaguarda dos bens da empresa, mesmo antes de ser declarada falência; e introduziram-se, finalmente, normas preventivas dos encerramentos selvagens das empresas.

Mais requeriam os trabalhadores peticionantes, designadamente uma mais exigente responsabilização dos gestores, ao que o Governo correspondeu, instituindo a responsabilidade solidária dos gestores, administradores e até, nalguns casos, dos próprios sócios das empresas, pelos montantes pecuniários resultantes dos créditos emergentes do contrato de trabalho; instituindo a responsabilidade solidária; reforçando pesadamente as coimas e agravando as sanções criminais. Além de que, em caso de falência, mal o processo se inicie, abre-se logo o incidente de qualificação da

insolvência.

Finalmente, a presente petição requeria a aplicação da legislação relativa ao Fundo de Garantia Salarial.

Ora, ao longo destes meses, pudemos acompanhar o **pagamento integral, por parte do Fundo, dos valores devidos a todos os trabalhadores envolvidos neste acidente**, com o que, uma vez mais, se fez a necessária justiça.

(...)

O PSD Pergunta

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Sobre a resolução da Assembleia da República nº 14/2004: “suspensão da cobrança ou redução do valor de portagens em casos especiais”

Dep(s) Fernando Pedro Moutinho e outros.

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a violação no desporto
Dep(s) Luis Cirilo Carvalho; Rui Miguel Ribeiro

Intervenção sobre a Petição nº48/IX/1ª referente ao encerramento da Maternidade do Centro Hospitalar de Torres Vedras

Deputado Duarte Pacheco
Assembleia da República, 13 de Outubro 2004



(...)

A primeira nota que gostaria de evidenciar tem a ver com uma saudação a esta iniciativa. Mais uma vez, os cidadãos, de uma forma natural e livre, dirigem-se à Assembleia da República colocando directamente uma questão que os preocupa, e o Parlamento, não só quanto às acções que concretizou naquela fase como hoje, pronuncia-se sobre esta iniciativa de cidadãos.

Em segundo lugar, estamos hoje a tratar um tema - e bem! - que afectou a população em Junho de 2003 mas que, felizmente, foi rapidamente sanado.

A realidade, para que todos os Srs. Deputados saibam, é esta: a ausência de médicos com esta especialidade num período de férias punha em perigo o funcionamento da maternidade, nomeadamente os cuidados mínimos que têm de ser prestados à população. Logo, sobretudo procurando garantir a qualidade dos

serviços, a administração do hospital optou pelo encerramento da maternidade. Rapidamente e em poucas semanas, a situação foi resolvida, nomeadamente através da contratação externa de médicos naquele período crítico do Verão.

A situação foi resolvida e isso é aquilo que gostaria hoje, aqui, de salientar.

Se o problema pontual foi resolvido, podemos aproveitar este debate para reafirmar que a Maternidade do Centro Hospitalar de Torres Vedras está aberta, está a funcionar e deverá continuar a funcionar. Ninguém pôe em causa a sua existência. Felizmente, o problema estrutural de médicos está hoje solucionado e têm vindo a ser feitas obras para garantir a melhoria das condições de prestação dos cuidados de saúde dentro deste centro hospitalar.

É isto que é relevante para as pessoas, é isto que é relevante para a administração do centro hospitalar, é isto que é relevante para o Governo: **prestar os cuidados de saúde às populações em condições que garantam a qualidade desses serviços**, da melhor maneira possível e dando o melhor possível.

Mais uma vez, funcionou bem o Governo e a administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 14, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 10 diplomas, dos quais cinco Decretos-Lei, duas resoluções e três propostas de Lei.

Dos Decretos-Lei, o primeiro revoga o Decreto-Lei n.º 252/98, de 11 de Agosto, que aprovava o regime de reconhecimento dos agrupamentos e organizações de produtores no sector das frutas e dos produtos hortícolas.

A necessidade de criar dispositivos nacionais complementares dotados de maior flexibilidade, que permitam acompanhar, de modo eficaz, a evolução da legislação comunitária, no âmbito da Política Agrícola Comum, determina a revogação do Decreto-Lei n.º 252/98 e a autorização da regulamentação do regime comunitário, através de portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas.

Regime jurídico das aeronaves ultraleves

Decreto-Lei que aprova o regime jurídico aplicável à utilização de aeródinos de voo livre e ultraleves.

A legislação em vigor até ao momento regula o uso de certo tipo de aeronaves, cujas características mais salientes são o baixo peso e a baixa velocidade mínima, denominados ultraleves. Estas aeronaves sofreram uma evolução técnica e tecnológica muito significativa, da qual resultou o total desenquadramento da legislação sobre esta matéria. Em consequência da mencionada evolução, podem distinguir-se hoje duas categorias de aeronaves com aquelas características.

O presente diploma visa, assim, regulamentar o uso de aeronaves de voo livre, que se caracterizam, essencialmente, pela utilização da corrida do piloto como fonte de energia para a descolagem, vulgarmente designadas por asas delta e parapentes e o uso de ultraleves, que são aeronaves motorizadas com asa rígida, flexível (inflável ou inflada) semi-rígida, vulgarmente designados por aviões, planadores ultraligeiros, paramotores e asas delta com motor ou pendulares.

A definição de ultraleves a que agora se procede segue a tendência da legislação europeia, sendo assim mais consentânea com a realidade actual e conforme à definição utilizada pelas Joint Aviation Authorities (JAA).

Na regulamentação do uso deste tipo de aeronaves está subjacente uma elevada preocupação com a segurança das pessoas envolvidas na sua operação, bem como com os riscos que essa operação pode representar para vidas e bens à superfície. Assim, estatuíram-se regras que permitem melhorar os níveis de segurança, bem como garantir a cobertura de eventuais riscos através de seguros adequados.

Um dos vectores essenciais à salvaguarda da segurança é a formação dos pilotos. Neste contexto, são estabelecidas normas claras e precisas, de modo a garantir uma instrução eficiente e a manutenção das capacidades e proficiência dos pilotos ao longo do tempo.

Quanto aos aspectos relativos ao uso em concreto destas aeronaves, deverão os mesmos ser, preferencialmente, usados para fins desportivos e recreativos, e complementarmente, para os fins da correspondente instrução de voo.

Criou-se, ainda, um regime sancionatório mais eficaz, quer do ponto de vista da prevenção, quer do ponto de vista da punição, com sistemas de fiscalização mais adequados à realidade deste sector da aviação civil.

Modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/78/CE, da Comissão, de 13 de Setembro de 2001, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, os anexos relativos aos modelos dos concursos para aquisição de bens móveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto.

A Directiva 2001/78/CE da Comissão, rectificada em 9 de Agosto de 2002, relativa à utilização dos formulários tipo aquando da publicação dos anúncios de concursos públicos, foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 245/2003 com o objectivo de uniformizar os formulários para tratamento electrónico na União Europeia.

O referido diploma veio substituir os modelos dos anúncios, até aí em vigor, por formulários tipo, para simplificar a aplicação das regras de publicidade, adaptando-as aos meios electrónicos, desenvolvidos no âmbito do Sistema de Informação sobre os Contratos Públicos (SIMAP), tendo em vista uma maior transparência e clareza na contratação pública.

Posteriormente à publicação do Decreto-Lei n.º 245/2003, foi publicado o novo Regulamento CPV (Common Procurement Vocabulary) da Comissão, pelo que importa, desde já, adequar a menção constante dos modelos de anúncios.

Por outro lado, foram detectadas algumas incorrecções nos vários formulários tipo, publicados em anexos ao referido Decreto-Lei n.º 245/2003, pelo que se

torna necessário efectuar as devidas correcções, de forma a adequar a respectiva terminologia, na medida do possível, com a Directiva 2001/78/CE, mas mantendo a opção de seguir os tipos de procedimentos constantes na legislação nacional em vigor em matéria de contratação pública.

Orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei que aprova a orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A orgânica do XVI Governo Constitucional, criou o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e extinguiu o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, cujos serviços, organismos, institutos e entidades do sector empresarial do Estado nos domínios dos transportes e respectivas infra-estruturas, portos, aeroportos e navegação aérea, marítima e fluvial, transitaram ou ficaram sob a tutela ou responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, à excepção de alguns serviços e organismos que transitaram para a Presidência do Conselho de Ministros e para o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, bem como para a superintendência e participação conjuntas do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar.

O presente diploma permite, pois, enquadrar e estruturar o acervo de serviços, organismos, institutos e empresas do sector empresarial do Estado que ora transitaram para a esfera da competência do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

De salientar ainda a decisão de integrar, na orgânica deste Ministério, o Conselho Nacional dos Portos e dos Transportes Marítimos, recentemente criado, de forma a reforçar a capacidade consultiva, de ordem técnica, relativa a estes sectores.

Recrutamento e contratação de assistente de acção educativa e auxiliar de acção educativa

Decreto-Lei que estabelece regras transitórias de recrutamento e contratação de assistente de acção educativa e auxiliar de acção educativa das autarquias locais.

As razões que presidiram à manutenção da carreira de auxiliar de acção educativa no âmbito do Ministério da Educação são igualmente válidas no que respeita aos estabelecimentos criados e a funcionar na directa dependência da administração local, no âmbito da rede pública de educação pré-escolar. Torna-se, assim, necessário voltar a permitir o recrutamento, para os quadros de pessoal das autarquias locais, de profissionais daquela carreira, indispensável ao bom funcionamento das escolas.

Por outro lado, também os contratos administrativos de provimento, celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 234-A/2000, cujo termo da sua duração, por renovação, ocorre precisamente em Outubro de 2004, devem ser objecto de uma medida de prorrogação idêntica à consagrada no Decreto-Lei n.º 184/2004 para os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 344/99, a fim de assegurar o regular funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar na directa dependência da administração local.

O presente Decreto-Lei prevê ainda, pelo período de três anos, um regime transitório excepcional de recrutamento para a carreira de assistente de acção educativa, face aos requisitos de recrutamento fixados no Decreto-Lei n.º 184/2004.

Plano Director Municipal de Mação

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Mação.

A suspensão parcial do PDM de Mação permitirá viabilizar a implantação de um parque eólico no local de Castelo Velho, nas proximidades da barragem da Pracana. Trata-se de um empreendimento de manifesto interesse público, atendendo às vantagens ambientais das energias renováveis, e cuja construção provocará alterações significativas das perspectivas de desenvolvimento económico, social e local.

Proposta de Lei que aprova as Grandes Opções do Plano para 2005.

Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2005.

Proposta de Lei que altera a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

Resolução do Conselho de Ministros que exonera o actual e nomeia o novo presidente da estrutura de missão «Faro Capital Nacional da Cultura 2005».

Foi nomeado presidente da estrutura de missão Faro Capital Nacional da Cultura 2005 o Prof. Doutor António Manuel Nunes Rosa Mendes.

Proposta de Orçamento de Estado para 2005

Proposta de Orçamento de Estado para 2005: sumário de algumas rubricas de maior interesse (1)



O Orçamento de Estado para 2005 é «fiscalmente mais solidário», verificando-se «um maior benefício para as classes de menores rendimentos e um alargamento das bases tributárias», disse o Ministro das Finanças, em 15 de Outubro, quando da entrega no Parlamento. O ministro disse ainda que o OE permite um «aumento real significativo» do investimento público em 2005 e que, nele, «... o Estado procura ser uma pessoa de bem, ao pagar as suas dívidas». Ao mesmo tempo, permite «manter um combate coerente à fraude e à evasão fiscais».

O orçamento prevê um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,4%, um crescimento do emprego de 1,2%, um aumento da procura global de 3,3%, e um aumento das exportações de 6,2% (0,6% acima do crescimento das importações).

Às 11 e 30 horas, o Ministro das Finanças entregou ao presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, o documento, em suporte de papel e em CD-Rom.

O ministro das Finanças estava acompanhado do ministro das Cidades, José Luís Arnaut, e do ministro dos Assuntos Parlamentares, Rui Gomes da Silva.

«Este Orçamento do Estado exprime profunda solidariedade no seio do Governo, entre todos os ministros», afirmou Bagão Félix aos jornalistas, após entregar a proposta.

«É rigoroso do ponto de vista financeiro, estimulante do ponto de vista económico e do ponto de vista social e fiscal é mais solidário para os portugueses, sobretudo para as classes mais baixas e médias», acrescentou, sublinhando que o Orçamento inclui «vastas medidas contra a evasão fiscal».

O quadro macroeconómico em que se baseia o OE é igual ao apresentado juntamente com as Grandes Opções do Plano (GOP), em Setembro, prevendo-se uma aceleração do crescimento da economia para 2,4 por cento, devido ao crescimento do consumo privado, investimento e exportações.

O cenário macroeconómico considera aumentos do consumo privado de 2,3 % e do consumo público zero. O investimento FBCF cresce 5,2 % e a procura interna 2,4 %.

Prevê-se um crescimento das exportações de 6,2 % e da Procura Global de 3,3%, com as Importações a aumentar 5,6%.

Nestes moldes, o PIB cresce 2,4%, com uma inflação de 2,0%. O factor deflactor do PIB é de 2,3% e o emprego total de 1,2%.

Nestes termos e com uma inflação de 2%, o crescimento nominal da economia é de 4,7%.

Evolução das despesas dos Ministérios

As despesas dos ministérios do Turismo, Actividades Económicas e

Presidência são as que sofrem maior quebra, na proposta de Orçamento, seguindo-se as Obras Públicas e a Educação.

A dotação do Ministério do Turismo é aquela que sofre a maior redução na proposta orçamental para 2005, apresentada hoje pelo Governo, com uma quebra de 18,6 por cento, face à estimativa de execução para 2004.

A diminuição da despesa total do ministério largamente justificada com a descida dos recursos afectos ao Instituto de Turismo de Portugal (ITP).

«A diminuição de 79 milhões de euros nas transferências do ITP para a Administração Central e Local justifica o decréscimo de 21,1 por cento face à despesa estimada para 2004» para o instituto, ficando, assim, nos 294,6 milhões de euros, refere o documento.

A despesa do Ministério da Presidência surge em segundo lugar no grupo das descidas, com uma quebra de 10,7 por cento, para 15 milhões de euros.

A dotação orçamental para a Assembleia da República mantém-se ao mesmo nível de 2004, nos 77,9 milhões de euros.

O Governo também vai gastar menos com o Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, com os cortes a afectarem sobretudo os institutos ICEP e IAPMEI.

A despesa total do ministério da Economia vai cair 10,6 por cento, para 2.266,2 milhões de euros.

As verbas destinadas ao instituto de apoio ao investimento ICEP Portugal diminuem 33 por cento (menos 52,5 milhões de euros), enquanto as correspondentes ao IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) descem 18,4 por cento (menos 208,7 milhões de euros).

Também o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) vai sofrer um corte substancial, de 40,8 milhões de euros ou menos 4,1 por cento.

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações é o quarto perdedor na proposta orçamental para o próximo ano.

O total da despesa consolidada do ministério é de 884 milhões de euros, menos 4,4 por cento do que em 2004, com as Obras Públicas a absorverem 84 por cento da despesa, ou 750,3 milhões de euros.

O enfoque no sector das obras públicas traduz-se também no aumento do valor inscrito no Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o ministério, que ascende a 2,6 mil milhões de euros este ano.

Os gastos com a Educação caem pelo terceiro ano consecutivo, evolução que, explica o Governo, prende-se com medidas de racionalização do sistema educativo, quer ao nível de recursos materiais, quer humanos, nomeadamente no encerramento de escolas.

Assim, a dotação do ministério diminui 2,2 por cento, para 5.693,5 milhões de euros.

Proposta de Orçamento de Estado para 2005

As maiores variações do Orçamento para o próximo ano registam-se no Total dos Investimentos do Plano (73,5 por cento) e no Financiamento nacional (78,3 por cento), havendo uma redução de 2,4 por cento relativamente ao Financiamento Comunitário.

No Ministério da Justiça

A despesa de funcionamento regista um aumento de 2,9 por cento 3,7 por cento da qual coberta por receitas gerais (500,3 milhões de euros) e 1,8 por receitas consignadas (331,9 milhões de euros).

De acordo com a proposta orçamental, na despesa de funcionamento coberta por receitas gerais, “os gastos com o pessoal são os que detêm maior peso, representando 85,8 por cento, ainda que as mesmas, considerando todas as fontes de financiamento, não vão além de 32,1 por cento, para as quais concorrem essencialmente os Cofres do Ministério da Justiça”.

No subsector do Estado, a despesa apresenta um crescimento de 8,5 por cento e no subsector dos fundos e serviços autónomos existe também um aumento de 13,8 por cento.

No OE de 2005, os Cofres do Ministério da Justiça continuam a assumir um “peso determinante”, já que representam 66,2 por cento do total consolidado do subsector dos serviços e fundos autónomos, “constituindo forte suporte financeiros, ainda que apenas no âmbito do orçamento de funcionamento do MJ”.

“Os investimentos representam cerca de 8,5 por cento, sendo que nos investimentos do plano, 115,7 milhões de euros respeitam à componente de financiamento nacional, deixando de concorrer a componente financiada pelos Cofres do Ministério”.

Em Julho de 2004, os organismos do Ministério da Justiça tinham 26.929 efectivos, dos quais 26.215 no âmbito do subsector Estado.

A “opção prioritária” do Governo para a Justiça em 2005 é a “concretização normativa, organizativa e administrativa da reforma” do sector, já expressa nas Grandes Opções do Plano (GOP) e que se reflecte no Orçamento hoje proposto.

O Executivo pretende prosseguir em 2005 com os objectivos estratégicos anunciados para este ano, que são, no plano político, reforçar a legitimidade e a confiança no sistema judicial, e no plano administrativo, combate à morosidade da Justiça.

No quadro das matérias legislativas, a prioridade vai para a revisão do Código Penal e Código do Processo Penal, a conclusão da reforma do regime de responsabilidade civil do Estado e a revisão do Código das Sociedades Comerciais e do Código do Registo Comercial.

A modernização administrativa e o incremento da celeridade processual, com a avaliação permanente dos resultados obtidos com a chamada “Bolsa de Juizes” e o reforço do recrutamento de novos magistrados e a diversificação das formas de suprimento da falta crónica

de magistrados, são outras das apostas.

No que se refere à política criminal, penitenciária e de reinserção social, o Governo anuncia, entre outras medidas, a intenção de rever a Lei de Execução de Penas, de reforçar os meios humanos e equipamento, tendo em vista o alargamento e extensão do Programa de Prevenção e Combate à Criminalidade económica e financeira, fraude e evasão fiscais e crime organizado, particularmente ao nível do tráfico de droga.

A abertura de novas prisões e de novos pavilhões prisionais, o desenvolvimento do regime prisional hospitalar, nomeadamente no que se refere às necessidades dos reclusos com doenças derivadas da toxicoddependência e a reforma do sistema de reinserção

A dotação orçamental para o Ministério da Justiça sobe 9,7 por cento face à estimativa de execução em 2004, elevando-se para 1.288 milhões de euros. A despesa consolidada ascende a 1.288 milhões de euros, correspondendo a 2,5 por cento do total da Administração Central e a 0,9 por cento do produto Interno Bruto (PIB).

Ministério da Defesa com mais 7,1 por cento

O orçamento do Ministério da Defesa aumenta 7,1 por cento passando de 1968,5 para 2107,4 milhões de euros.

A rubrica das “missões humanitárias e de paz” regista um aumento de 150 por cento, o maior entre os vários pontos do orçamento da Defesa, passando de 24 milhões de euros (estimativa de 2004) para 60 milhões de euros.

As verbas atribuídas aos três ramos das Forças Armadas aumentam também, enquanto que a despesa destinada aos gabinetes dos membros do governo na área da Defesa é reduzida em 11,9 por cento, passando de 72,5 milhões de euros para 63,9 milhões.

A Marinha é o ramo mais beneficiado pelo orçamento de 2005 com um aumento de 6,2 por cento relativamente aos gastos em 2004. A Armada recebe 380,4 milhões de euros, segundo as estimativas inscritas na proposta do governo, e vai contar em 2005 com 403,8 milhões de euros.

O Exército e a Força Aérea vêm também os seus orçamentos aumentados, respectivamente em 5,5 por cento (595,6 milhões de euros) e em 4,0 por cento (306,7 milhões de euros).

No orçamento da Defesa, a maior redução em 2005 será a do financiamento comunitário (menos 96,4 por cento), que passa de 11,1 milhões de euros no ano em curso para apenas 0,4 milhões de euros no próximo.

Em contrapartida, o financiamento nacional aumentará 450 por cento, passando de 12 para 66 milhões de euros.

Este crescimento deve-se à necessidade de “fazer face aos compromissos inerentes à construção dos Navios Patrulhas Oceânicos e dos Navios de Combate à Poluição”, ao “cumprimento da profissionalização” das Forças Armadas e “às forças nacionais destacadas”.

As verbas para a execução da Lei de Programação Militar aumentam 32,3 por cento, de 222,8 milhões de euros em 2004 para 294,8 milhões em 2005.

A proposta orçamental reafirma o empenho do executivo, designadamente, na “continuação do reequipamento e modernização das Forças Armadas”, “a participação em missões específicas e prioritária” e a prossecução do reconhecimento dos que serviram o país em missões militares.

Sector da Saúde

A despesa do Ministério da Saúde, com os 31 hospitais com gestão pública empresarial, vai aumentar 7,6 por cento em 2005, para 1.562 milhões de euros, o que representa quase um quarto da despesa total do Ministério.

O Governo prevê uma despesa total consolidada de 6.869,5 milhões de euros para o Ministério mais 3,9 por cento da despesa estimada em 2004.

As verbas a transferir para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) pelo OE de 2005 (5.834 milhões de euros) crescem 2,9 por cento em relação à estimativa de execução para o ano corrente (5.666,9 por cento).

No financiamento do SNS, 4.225 milhões de euros destinam-se aos hospitais do sector público administrativo, enquanto as 31 unidades transformadas em sociedades anónimas (SA) de capitais exclusivamente

Discussão e votação do Orçamento

O Orçamento de Estado (OE) para 2005 será discutido e votado na generalidade nos dias 17 e 18 de Novembro, decorrendo a votação global final a 7 de Dezembro.

Este calendário foi aprovado na passada terça-feira, em conferência de líderes parlamentares, e corresponde a um adiamento, pedido pelo Governo, em relação ao inicialmente previsto.

As datas anteriores para a discussão na generalidade e a votação final global eram 10 e 11 de Novembro e 26 do mesmo mês, respectivamente.

O novo calendário representa mais uma semana para a discussão e votação na generalidade e um adiamento de cerca de duas semanas da votação final global.

Fonte da conferência de líderes disse terça-feira que a alteração do calendário de debate e aprovação do OE para 2005 não mereceu objecção dos partidos da oposição, já que o adiamento das votações permite uma discussão mais prolongada em sede de especialidade.

Ao entregar hoje o OE para 2005 na Assembleia da República, o Governo cumpriu a Lei do Enquadramento Orçamental, que estabelece que o documento tem de ser facultado ao Parlamento até 15 de Outubro.

Proposta de Orçamento de Estado para 2005

públicas em Dezembro de 2002 absorvem 1.562 milhões de euros (22 por cento da despesa total).

O Governo indica um aumento em 7,6 por cento da dotação orçamental para os SA, face ao orçamento corrigido de 2004, e justifica-o com a previsão de acertos à produção prevista para o ano corrente e com a inclusão de dois hospitais (Serpa e Lagos) nos centros hospitalares do Baixo Alentejo SA e Barlavento Algarvio SA, respectivamente.

No que toca ao subsector dos Serviços e Fundos Autónomos, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) derrapa nas contas, com uma estimativa de execução em 2004 de 69,2 milhões de euros, o dobro do inicialmente proposto no OE de 2004 (32 milhões de euros).

Para 2005, o INEM regista a maior redução orçamental (53,8 por cento), sendo-lhe destinados os mesmos 32 milhões de euros que estavam previstos em 2004.

O sector de Serviços e Fundos Autónomos do MS integra em 2005, pela primeira vez, a Entidade Reguladora da Saúde, criada no final de 2004, com um orçamento previsto de 3,2 milhões de euros.

A crescer no Ministério da Saúde está também o número de funcionários (83.073 a 31 de Julho de 2004, quando no final de 2003 eram 81.395).

Apesar da despesa com o pessoal aumentar ligeiramente no OE de 2005 (2.328,5 milhões de euros), o seu peso face à despesa total decresce em relação ao ano passado, representando agora 33 por cento da totalidade dos gastos do Ministério, contra 34,6 por cento em 2004.

Na despesa consolidada do Ministério da Saúde, 61,6 por cento dos gastos (4.239 milhões de euros) referem-se à aquisição de medicamentos e outros consumíveis hospitalares e os pagamentos dos serviços prestados no âmbito dos contratos programas celebrados com as unidades SA.

Ministério das Cidades

Os investimentos do ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional vão crescer 58 por cento no próximo, para 225,2 milhões de euros.

A despesa consolidada do ministério aumentou 4,8 por cento comparando com a previsão de execução de 2004 (de 3.073 para 3.222 milhões de euros), resultante do aumento com a área dos investimentos do Plano (mais 58 por cento) e com as transferências para a administração local (mais 2,7 por cento).

O total da despesa de funcionamento previsto no orçamento para 2005 é de 2.616 milhões de euros (2.545 em 2004).

O total dos investimentos do plano é de 225,2 milhões de euros, dos quais 218,7 provenientes de financiamento nacional e 6,5 de financiamento comunitário.

Nos investimentos do plano destacam-se os programas relacionados com o desenvolvimento local, urbano e regional, ambiente e ordenamento do território e construção, remodelação e apetrechamento das instalações.

O total da despesa do subsector Estado é de 2.841 milhões de euros (mais 5,7 por cento do que a execução orçamental prevista para 2004), o total do subsector de serviços autónomos de 589 milhões de euros (mais

11,2 por cento do que em 2004) e a despesa relativa a transferências internas de 208,8 milhões de euros (mais 44,9 por cento).

Finanças e Administração Pública

A despesa do Estado com os funcionários públicos vai aumentar 1,5 por cento no próximo ano, excluindo os aumentos salariais.



O aumento da despesa com pessoal, em valor, face à estimativa de 2004, é de 182 milhões de euros. A desaceleração da despesa com o pessoal deve-se à previsão da redução da taxa de crescimento dos encargos com o sistema de pensões e reformas e ao crescimento moderado das despesas dos subsistemas de saúde do ministério da Defesa e forças de segurança.

Relativamente às remunerações certas e permanentes dos funcionários públicos, o Governo promete manter a moderação e refere no documento que “os efeitos de progressão e promoção na carreira se encontram incorporados nos valores de orçamento dos serviços e que está já imputada à previsão para 2005 uma parte da dotação provisional destinada a acomodar os efeitos da actualização salarial na Função Pública”.

O Ministério das Finanças e da Administração Pública vai ter em 2005 uma dotação provisional com 720 milhões de euros, de onde deverão sair os aumentos salariais dos funcionários públicos.

O ministro das Finanças referiu, na declaração que fez ao país a 13 de Setembro, que cada aumento salarial de 1% na função pública, custa 50 milhões de contos. Logo, se a dotação provisional fosse só destinada aos aumentos dos trabalhadores da administração pública, o que não é previsível, estes poderiam ter um aumento máximo de 2,88 por cento.

Mas se os aumentos forem ligeiramente acima da inflação prevista, conforme defendeu o primeiro-ministro, custarão mais de dois terços da dotação provisional. Se o Governo aumentasse os funcionários públicos 2,1 por cento, isso custaria mais 525 milhões de euros.

A proposta de OE prevê um crescimento de 6,7 por cento na dotação para pensões e reformas, resultante do aumento previsto de novas pensões. Para os encargos com a protecção social dos funcionários públicos, o OE prevê um crescimento de 11 por cento, tendo em conta sobretudo a comparticipação à ADSE, cujos encargos com a saúde atingem o valor de 553,6 milhões de euros.

Ao nível da política a seguir pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, a proposta de OE garante que o objectivo do Governo é aproximar a administração pública aos cidadãos e garantir a

Proposta de Orçamento de Estado para 2005

prestação de um serviço mais eficiente, mais eficaz, mais transparente e mais célere.

A consolidação e o aprofundamento da reforma da administração pública são das principais medidas a concretizar pelo Ministério. A operacionalidade desta reforma vai ser directamente assegurada pelo ministério das Finanças, através da Secretaria de Estado da Administração Pública, dado que a Missão de Acompanhamento da Reforma da Administração Pública foi desactivada.

Entretanto, o Ministério das Finanças anunciou que está nos seus planos a criação de um Corpo Especial de Elite de combate à fraude e evasão fiscais.

Na proposta de Orçamento de Estado prevê-se que as funções do Corpo Especial de Elite possam ser exercidas, em actuação concertada, com o Conselho de Administração das Contribuições e Impostos.

“O Corpo Especial de Elite irá actuar na investigação criminal de todos os impostos”, acrescentou o Ministro.

No domínio institucional, prevê-se igualmente no combate à fraude e evasão fiscal, a constituição do Conselho de Administração e Contribuições de Impostos.

Além disso, a administração fiscal, quando as declarações dos contribuintes divergirem em um terço entre os rendimentos declarados e o acréscimo de património e consumo, vai insistir na “inversão do ónus da prova”, ou seja, caberá ao contribuinte a prova da sua situação fiscal, nessas circunstância.

O governo vai pedir ainda uma autorização legislativa de alteração ao regime de responsabilidade solidária, ou seja, operações simuladas, fraude em carrossel e facturas falsas.

Finanças autárquicas

As câmaras municipais vão poder recorrer a empréstimos para financiar projectos comparticipados com fundos comunitários, incluindo saneamento básico, estradas e equipamentos educativos, desportivos e culturais.

As regras para o endividamento municipal em 2005 exceptuam das restrições, os projectos de infra-estruturas e equipamentos integrados no Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão.

Os projectos incluem: remodelação e construção de redes de saneamento básico, infra-estruturas industriais e de apoio ao comércio, apoio ao turismo

de natureza, construção de equipamento educativo, intervenções em vias municipais e de reconversão urbana e construção e remodelação de equipamentos desportivos e culturais.

Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança

A despesa do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança vai crescer, em 2005, 9,1 por cento, para 4.558,8 milhões de euros.

A estimativa de execução para 2004 totaliza uma despesa consolidada do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança de 4.179,6 milhões de euros.

A dotação para o Ministério será praticamente na totalidade destinada ao apoio financeiro à segurança social - que inclui o pagamento das pensões, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção - correspondente a 98,8 por cento da despesa total.

As despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços representam apenas, respectivamente 0,5 e 0,2 por cento.

As despesas de funcionamento atingem 31,7 milhões de euros, mantendo uma “tendência de contenção”, que o Orçamento não contabiliza.

A despesa consolidada do ministério corresponde a 3,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e 8,9 por cento do total da despesa da Administração Central.

O Estado financia o Orçamento da Segurança Social em 4.506 milhões de euros, incluindo 592,1 milhões de euros que se referem à consignação de receitas do IVA, aos encargos com o Subsistema de Protecção às Famílias e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional.

A verba financiada pelo Estado (4.506 milhões de euros), nos termos da Lei de Bases da Segurança Social, representa um crescimento de 9,2 por cento, ou seja, mais 379,2 milhões de euros, relativamente à estimativa de execução de 2004.

O total da despesa em Investimento do Plano é de 21,1 milhões de euros, mais 5,2 por cento do que a estimativa para 2004, sendo a quase totalidade financiada por verbas nacionais.

O subsector serviços e fundos autónomos transitou para o Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.

Ministério da Administração Interna

A despesa consolidada do Ministério da Administração Interna (MAI) prevista para 2005, ascende a 1.523,6 milhões de euros, contra 1.511,5

Bancada do PSD avalia “positivamente” o Orçamento



Da bancada parlamentar do PSD saiu uma “avaliação positiva” da proposta do Orçamento de Estado para 2005, destacando a conciliação do “desagravamento da tributação sobre as famílias” com a manutenção do défice abaixo dos três por cento impostos por Bruxelas.

“Este é um Orçamento que vai no seguimento da política iniciada em 2002 [por Durão Barroso]”, sublinhou o vice-presidente da bancada do PSD, Miguel Frasquilho, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

O antigo secretário de Estado do Tesouro e Finanças realçou ainda, na proposta orçamental para o próximo ano, “o aumento do combate à evasão fiscal”, uma das medidas também destacadas pelo ministro das Finanças, quando entregou o Orçamento na Assembleia da República.

Questionado pelos jornalistas, Miguel Frasquilho rejeitou as críticas da oposição de que o Orçamento de Estado para 2005 seria baseado em previsões irrealistas, considerando “prudente” o documento apresentado pelo executivo.

“O valor do barril de petróleo com base no qual o Orçamento foi elaborado foi de 38,7 dólares, enquanto em França foi de 36,5 dólares e em Espanha de 33 dólares”, frisou o deputado social-democrata.

Por outro lado, Frasquilho justificou a necessidade inscrita no Orçamento, de o Governo recorrer, até 2007, a receitas extraordinárias para manter o défice abaixo dos três por cento impostos aos países da zona euro.

“Para cumprir o défice e desagravar fiscalmente as famílias é preferível recorrer a este tipo de receitas”, afirmou Frasquilho, lembrando que é “esse o caminho” que tem sido seguido por outros países europeus.

Também o valor da inflação previsto pelo Governo para 2005, de dois por cento, foi considerado “credível” pelo vice-presidente da bancada do PSD.

“É um valor perfeitamente equilibrado e credível, em linha com o que tem sido previsto por instituições internacionais como a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional”, disse. - Lusa

Proposta de Orçamento de Estado para 2005

milhões em 2004 (apenas mais 0,8 por cento).

O montante previsto para 2005 representa 3 por cento do total da despesa da Administração Central e 1,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para 2005 estão previstos para investigação e segurança interna 1.277,6 milhões de euros, que representam 88,6 por cento da despesa dos serviços integrados do MAI.

Os investimentos na área da Administração Interna inscritos no Plano de Investimento e de Desenvolvimento das Despesas da Administração Central (PIDDAC)

ascendem a 51,5 milhões de euros, com uma variação positiva de 4,5 por cento relativamente à previsão da execução de 2004.

Esses investimentos destinam-se, fundamentalmente, à construção e remodelação de instalações, aquisição de equipamento para vigilância da fronteira marítima e redes de transmissões das forças de segurança e bombeiros.

No âmbito dos serviços e fundos autónomos do MAI, continua a ser preponderante o orçamento da Direcção-Geral de Viação (DGV), com um peso de 63,3 por cento, para actuar no Plano Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária.

Estão destinados à DGV no próximo ano 60,8 milhões de euros, contra 60,5 em 2004, o que traduz um acréscimo de 0,5 por cento.

A componente do pessoal absorve 1.183,7 milhões de euros, ou seja, 77,7 por cento do total da despesa do Ministério da Administração Interna, como se refere na proposta de Orçamento de Estado para 2005.

O total de efectivos do MAI era de 55.270 em Julho de 2004, predominantemente afectos aos serviços de investigação e forças de segurança.

Quanto às medidas para 2005, o MAI prevê a conclusão da revisão das leis de organização e funcionamento das forças de segurança, desenvolvimento e reforço dos mecanismos de coordenação e intervenção na prevenção e combate ao terrorismo, desenvolvimento e entrada em funcionamento do Sistema Integrado das Redes Nacionais de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e revisão do regime legal da segurança de produtos e substâncias explosivas.

O MAI pretende, também, reforçar e modernizar os meios atribuídos às forças de segurança, desenvolver a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Criminalidade, concluir a regulamentação da lei de segurança privada e reforçar a cooperação internacional através da participação em missões internacionais humanitárias e de manutenção de paz, como acontece actualmente com um destacamento da GNR no Iraque.

A actualização das atribuições do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, regulamentação dos Serviços Municipais de Protecção Civil, revisão e implementação do Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros e desenvolvimento dos estudos para a aquisição de meios aéreos de combate a incêndios são outras medidas inscritas na proposta governamental.

O MAI pretende, por outro lado, continuar a reforçar a fiscalização da imigração ilegal e das redes de tráfico através dos postos fronteiriços.

Na proposta governamental o MAI manifesta ainda o propósito da continuação do desenvolvimento, acompanhamento e fiscalização da estratégia de combate à sinistralidade rodoviária, constante do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, com destaque, nomeadamente, para a implementação das alterações ao Código da Estrada.

Ensino Superior

O OGE prevê, no sector do Ensino Superior, um aumento da despesa de 6,8 por cento. A proposta apresentada aumenta a despesa do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) para 2.057,7 milhões de euros, acima da evolução prevista para a economia portuguesa.

A verba orçamentada corresponde a 1,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e a 4 por cento do total das despesas da Administração Central.



Os serviços de Ciência e Inovação aumentam 7,7 por cento e os estabelecimentos do ensino superior recebem mais 1,2 por cento.

A Acção Social, no total da despesa de funcionamento do Ministério, diminui em 7,3 por cento face à estimativa de 2004.

O aumento de 6,8 por cento relativamente à estimativa de execução de 2004 (1.925,9 milhões de euros) consubstancia-se fundamentalmente no subsector dos serviços e fundos autónomos

(Fundação para a Ciência e Inovação, Universidade, Politécnicos, Acção Social, Estádio Universitário). Aqui, a despesa total consolidada é de 1.934,9 milhões de euros, com uma variação positiva de 7 por cento. Destes, 281,6 destinam-se à Fundação para a Ciência e Inovação, que regista a maior variação positiva neste subsector, de 23,3 por cento.

Às Universidades estão dedicados 1.072,6 milhões de euros (mais 5,2 por cento), aos politécnicos 430,9 (mais 3,6 por cento) e à Acção Social 174,9 (mais 4,3 por cento).

Cativações

A proposta de Orçamento de Estado contempla cativações que rondam um total de mil milhões de euros, com a maior fatia a respeitar às verbas destinadas a investimento.

Este montante equivale a cerca de 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2005, que deverá exceder os 140 mil milhões de euros.

O documento determina, na parte relativa à disciplina orçamental, a cativação de 21,4 por cento das despesas afectas aos investimentos do plano, o que corresponde a 557 milhões de euros.

Esta cativação compara com a realizada no ano em curso, que foi de 15 por cento.

A Lei de Programação Militar, por sua vez, vê cativados 20 por cento das suas verbas, o que representa 59 milhões de euros.

A proposta de OE determina ainda a cativação de 15 por cento de todas as outras verbas, excepto as respeitantes a remunerações certas e permanentes, a juros e outros encargos com a dívida pública, a transferências para o Serviço Nacional de Saúde, Ensino Superior e Politécnico e Acção Social, Administração Regional e Local, Segurança Social e União Europeia.

Entre as outras despesas sujeitas a esta cativação de 15 por cento estão as excepcionais do Ministério das Finanças, o que representa 151 milhões de euros, após exclusão da dotação provisional, por norma reservada aos aumentos salariais da Função Pública.

Sobre os encargos com o financiamento dos subsistemas de saúde da ADSE, forças e serviços de segurança e defesa nacional incide a mesma regra, o que corresponde a 109 milhões de euros, tal como sobre outras dotações específicas, que representa 16 milhões de euros.

As transferências orçamentais para o ensino particular e cooperativo, educação pré-escolar e Assembleia da República também estão sujeita a cativações, que a serem feitas envolveriam 120 milhões de euros.

O projecto de OE contempla a cativação de 15 por cento das verbas orçamentadas em aquisição de bens e serviços de todos os serviços e fundos autónomos, identificados no mapa respectivo, com excepção dos pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde.

A mesma dimensão de cativação é aplicada aos abonos variáveis e eventuais de todos os fundos e serviços autónomos.

Por outro lado, o Orçamento Rectificativo relativo a este ano, que tinha sido anunciado pelo ministro das Finanças, António Bagão Félix, será votado dia 2 de Dezembro.

Debate Mensal do Primeiro-Ministro na Assembleia da República



que levaram à decisão sobre as Scut e os recursos de milhares de milhões de euros que absorveriam, e obviamente deveriam provir dos cofres do Estado, ou seja, dos impostos pagos por todos, em benefício de alguns. Uma situação que não tem justificação real e que apenas decorre de propósitos de facilidade e populismo dos governos socialistas, que as criaram.

“Sabemos a importância que tem levar auto-estradas a tantos pontos do país, mas o que o PS fez foi criar ilusões e isso nós não fazemos. Não dizemos ‘passe que é grátis’ e a conta aparece oito anos depois”, aludindo ao primeiro pagamento que o Estado terá de fazer em 2005 relativo às SCUT.

“Iludir as pessoas, enganá-las e depois reconquistar a confiança é muito difícil, mas é isso que vamos fazer”, sublinhou Santana Lopes.

A Lei do Arrendamento é fundamentalmente estruturante e reformadora

Relativamente à Lei do Arrendamento, lembrou a característica fundamentalmente estruturante e acentuadamente reformadora da legislação proposta, que

No passado dia 14 o Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, esteve presente no plenário da Assembleia da República, para o seu primeiro debate mensal com os deputados. Foi a primeira presença de Santana Lopes nestes debates, dado que a sua nomeação como chefe do Governo ocorreu num período em que a Assembleia se encontrava em período de férias, por isso o mês de Outubro foi o primeiro em que tal encontro foi possível.

A proposta Lei do Arrendamento e a abolição das SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador) foram os temas escolhidos pelo Primeiro-Ministro para o debate.

A nova Lei do Arrendamento, que foi apresentada publicamente a 24 de Setembro pelo Primeiro-Ministro, será discutida na Assembleia da República no dia 21, cinco dias antes da reunião da Comissão de Obras Públicas em que será discutido o relatório da proposta de revisão da legislação.

Quando apresentou a nova Lei do Arrendamento, Santana Lopes apelou aos partidos da oposição para que apoiem esta reforma “difícil e muito sensível”, frisando que se trata de uma “solução global e integrada”, através da qual se pretende inverter a situação do mercado, tornando-o mais dinâmico.

Relativamente às Scut, a decisão de introduzir o pagamento de portagens nas auto-estradas sem custos para o utilizador foi anunciada a 30 de Setembro pelo Governo, que justificou a medida com “o interesse nacional”.

Segundo o Primeiro-Ministro, trata-se de introduzir o princípio do utilizador-pagador, em substituição do princípio até agora em vigor do contribuinte-pagador, o que é matéria de elementar justiça, além disso claramente apoiada em motivos de ordem económica e financeira, pois as Scut representam encargos inportáveis, que comprometeriam irremediavelmente todo o progresso e conservação da restante rede rodoviária.

O debatem em si, foi animado, por vezes duro, e o Primeiro-Ministro não recorreu a qualquer texto escrito, nem mesmo a notas “aide-memoire”, revelando um notável comando dos “dossiers” e dos números, respondendo directamente às perguntas e às afirmações dos seus opositores e brilhando no “duelo verbal”, rejeitando os excessos de linguagem, a raiar a deselegância, que por vezes parece endémica nas bancadas da oposição.

Na sua intervenção de abertura, Santana Lopes dirigiu-se com palavras de saudação ao PS e ao seu novo líder, para em seguida apresentar as duas medidas estruturantes em que se centrava a sua proposta de debate.

Na sua saudação a José Sócrates, disse que aguardava um confronto “duro, firme e frontal, mas com elevação e civismo”.

Entrou em seguida na matéria agendada, explicando as considerações





Debate Mensal do Primeiro-Ministro na Assembleia da República

há tantos anos deveria ser feita e que tem sido sucessivamente adiada.

A decisão do Governo de atacar o problema de frente, com uma lei clara, que contempla as diferenças entre situações múltiplas – que é humana sem deixar de ser eficiente – é exemplar, porque é corajosa, tem horizontes largos e revela a preocupação deste governo de servir o País e não tem quaisquer fins eleitoralistas, pois a habitual inércia do pensamento colectivo, antes pode considerá-la, de início, polémica e negativa para o Governo

“Por vezes é mais fácil, quando temos a responsabilidade, responder ‘logo vemos’”, afirmou Santana Lopes, referindo que o PS nada fez para mudar a legislação sobre o arrendamento urbano e que, pura e simplesmente, se alheou deste problema e do seu cortejo de consequências, a desertificação dos centros urbanos, o endividamento dos mais jovens e a sua prisão às grilhetas dos empréstimos bancários, que já chegam a 50 anos.

Santana Lopes lembrou que a nova legislação prevê o regime de rendas condicionadas para os agregados com menos rendimentos e com mais de 65 anos, além de um regime de transição até que se passe à fase de negociação.

“É uma injustiça o Estado não ter tomado esta decisão simples mais cedo. Cada agregado pagar de acordo com os rendimentos”, disse Santana Lopes, salientando que a falta de actualização das rendas provocou a degradação da malha edificada.

“Lisboa perdeu um quarto da população na última década, tendo voltado aos números de 1930”, afirmou, acrescentando que só seis por cento dos contratos de arrendamento existentes são de pessoas com menos de 35 anos.

Criticando as políticas do PS, que, segundo disse, provocaram uma distorção relativamente aos investimentos em construção e reabilitação, o primeiro-ministro lembrou a “injustiça” que provocavam as bonificações dadas os jovens que comprassem casa.

“É fácil dizer comprem casa, carro, é simples”, afirmou, lamentando que o PS não tivesse tido em consideração o crescente endividamento das famílias que estas políticas provocavam.

“Quem falava em razão e coração, devia ter consciência das margens de endividamento”, acrescentou.

Intervenção de Guilherme Silva: «Os temas /.../ são perfeitamente reveladores de um Governo de coragem»

Depois de responder às perguntas de Sócrates, o Primeiro-Ministro ouviu o líder da bancada social-democrata, Guilherme Silva, que centrou a sua intervenção no tem e conteúdo da exposição do deputado socialista, afirmando que “... não há uma *segunda oportunidade para deixar a primeira impressão*, e Sr. Deputado, aquilo a que assistimos agora foi ao regresso do «guterrismo» reciclado /.../ ou recauchutado, para utilizar uma expressão do Sr. Eng.º Henrique Neto. Como todos sabemos, esta cópia



do «guterrismo», como todas as cópias, é pior do que o original, que já foi tão mau.”

E mais adiante afirmou: “já chega deste estilo de muito palavreado, de muita conversa e de «muita parra, mas pouca uva».

“Não ouvimos uma ideia alternativa, o que ouvimos foi exactamente a defesa acérrima do erro, do erro que foram as SCUT, de atirar os encargos para as gerações futuras. Mas não me espanta que assim seja, porque já o Sr. Deputado Vítor Ramalho dizia: «A candidatura de Sócrates é despida de ideias». E comprovou-se aqui que não foi apenas despida de ideias para dentro do Partido Socialista, foi, o que é mais grave, despida de ideias para o País. Não foi aqui apresentada por V. Ex.^a uma proposta alternativa consistente.

“Tivemos aqui esta comparação feliz entre este rumo insistente das soluções tipo SCUT, agora defendido renovadamente pelo novo líder do Partido Socialista, e o contraste, aqui perfeitamente identificado na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, que está à frente deste Governo, que revela uma coragem excepcional.”

Dirigiu-se depois, directamente, ao Primeiro-Ministro, dizendo: “Os dois temas que /.../ trouxe aqui, são perfeitamente reveladores de um Governo de coragem /.../ de um Governo que não hesita em assumir uma reforma que há décadas anda a ser prometida e que há décadas também anda a ser arrastada, porque ninguém teve coragem de a fazer pelas implicações sociais que tem. É assim que se governa, governa-se a pensar no País.

“V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e o seu governo não têm apenas de reformar e de corrigir esses erros acumulados de décadas, como é o caso



Debate Mensal do Primeiro-Ministro na Assembleia da República



Cravinho que não parecia estar assim tão certo da sua acção como responsável do sector, pois estava em falta de cumprimento das suas responsabilidades democráticas, ao estar ausente, na quarta-feira passada, da reunião da comissão parlamentar de Obras Públicas para a qual tinha sido convocado.

“Se acha que tem tanta razão, foi pena não ter tido a atitude democrática de ir à comissão onde estava o ministro das Obras Públicas, António Mexia, exactamente para expor e esclarecer este assunto”, disse o Primeiro-Ministro.

“Quem lançou o país no caos foi o senhor, primeiro com as nacionalizações e agora com as SCUT”, acusou ainda Santana Lopes.

Na mesma linha, o deputado do PSD, Marco António, membro da Comissão de Obras Públicas, lamentou que não tenha sido possível “fazer o contraditório entre o mentor das SCUT e o ministro António Mexia”, ouvido quarta-feira na referida comissão.

Um momento mais ligeiro, registou-se quando o ainda Secretário-Geral dos comunistas, Carlos Carvalhas, repetindo um tema sempre presente, de uma forma ou de outra, na retórica comunista (Governo! Rua!), pediu a Santana Lopes que se demitisse.

Em resposta, o Primeiro-Ministro afirmou-se surpreendido com o desafio e argumentou ter “o apoio da maioria dos portugueses”, remetendo para as legislativas de 2006 uma decisão sobre a sua continuidade à frente do Governo. «Compreendo, Senhor Deputado, que não se queira ir embora sozinho, mas arranje outro para lhe fazer companhia!».

Santana Lopes continuou, apontando as mudanças de liderança na oposição, atribuindo-as à sua tomada de posse, em Julho passado.

“Desde que sou primeiro-ministro, já mudaram quase todos de líderes”, declarou. “Nem todos, no entanto”, acrescentou, olhando para Francisco Louça, concluindo por manifestar a sua convicção de que as oposições “Sabem que vão perder as legislativas de 2006, e no final, lá faremos as contas do que o povo quer».

O debate foi longo e participado, vivo e duro, embora, por vezes, a oposição usou excessos de linguagem e atitudes menos curiais para a casa-mãe da nossa Lei.

do arrendamento. Têm também de assumir a correcção dos erros graves que os socialistas cometeram e que estão a repercutir-se agora em encargos de milhões e milhões de euros atirados para o futuro. Os socialistas receberam os «louros» e deixaram em cima dos ombros os encargos desses «louros».

“É esta matriz, é esta diferença que saliento.

“Quero fazer aqui um parêntesis para lembrar a tirada que, na segunda volta, o Sr. Deputado José Sócrates teve, de acusar este Governo de pressões sobre a comunicação social.

“Sr. Deputado, sobre esta matéria, basta lembrar a reacção do Dr. Eduardo Cintra Torres, ao lembrar a carta que o então Secretário de Estado da Comunicação Social enviou ao director do *Público* pedindo que ele (Sintra Torres) fosse afastado, por delito de opinião, por criticar a opinião ele que tinha exprimido nesse jornal.

“Essa carta foi publicada no jornal *Público*. Foi o Secretário de Estado da Comunicação Social que tomou a iniciativa de fazer esta censura, de pedir o afastamento de um jornalista do jornal *Público*.

“Mais: é também o Sr. Deputado Arons de Carvalho que lembra, no seu livro, que aqui também já citámos, o comportamento do Partido Socialista de reduzir a publicidade no 1.º canal e de acabar com ela no 2.º canal para privilegiar a SIC e a TVI, evitando que esta última fosse para a falência. Isto é dito expressamente pelo Sr. Deputado Arons de Carvalho, criticando o Eng.º Guterres por ter essa opção de pressão sobre as privadas e de prejuízo para a televisão pública.»

Guilherme Silva concluiu dando uma palavra de permanente e sincero apoio parlamentar ao Governo, exortando Santana Lopes a prosseguir o rumo. Que é o do progresso e desenvolvimento de Portugal.

Na última ronda

Quando, na segunda ronda, João Cravinho (PS) defendeu as Scut e atacou a proposta do Governo, Pedro Santana Lopes lembrou a



Actividades do Partido e Autarquias PSD

Miguel Relvas dá posse aos novos órgãos eleitos da CPS de Braga



“de há dois anos para cá, o PSD semeou esperança entre os bracarenses”, esperando “colher o fruto dessa esperança” já nas próximas eleições autárquicas.

O crescimento sustentado do PSD em Braga é um sinal, consumado na adesão contínua de novos militantes, que “os Bracarenses e a sociedade civil se revêem nos ideais do partido e, em particular, no trabalho desta Concelhia”.

A vitória do PSD de Braga é urgente, mais do que por uma mera questão política, para dar resposta aos anseios de uma população que se depara com uma “gestão autárquica deficitária, excessivamente concentrada no material, na obra feita, sem ter em conta a qualidade de vida” e com um “clima de impunidade onde tudo é possível e onde tudo é permitido”.

Como sucedeu no último mandato, o líder concelhio do PSD comprometeu-se a manter uma “postura diferente com propostas concretas”, e continua abertura do Partido à sociedade.

Reunidos tais pressupostos, Ricardo Rio diz que conta com o apoio da Distrital e da Comissão Política Nacional do Partido para avizorar as opções da Concelhia para o desafio autárquico.

A tomada de posse da equipa encabeçada por Ricardo Rio contou com a presença

“Não existem mais razões para que um concelho como Braga continue a ser gerido pela mesma força política e pela mesma pessoa há mais de 30 anos. A única razão porque estou aqui é porque queremos ganhar a Câmara Municipal de Braga!”, disse ontem o secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, em Braga, onde assistiu à tomada de posse de Ricardo Rio e António Marques, como Presidentes da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário do PSD/Braga.

O Secretário-Geral do PSD realçou que Braga cresceu, mas o seu crescimento tornou-a refém da qualidade de vida. Em seu entender, ao longo de cerca de três décadas que o concelho tem tido uma gestão autárquica “deficitária, excessivamente concentrada na obra feita”. Há, insistiu, questões relacionadas com a segurança, cultura, criação de postos de trabalho e outras que têm sido descuradas.

Todavia, manifestou, “um partido só tem sucesso se abrir às correntes mais inovadoras e mais dinâmicas da sociedade”, “não se podendo cair na tentação de só criticar”, acrescentando que é fundamental apresentar projectos concretos e consistentes, que permitam ao PSD ganhar a Câmara de Braga.

Miguel Relvas deixou mesmo críticas à actuação do PSD local como oposição ao socialista Mesquita Machado, sustentando que “há muito demérito da nossa parte”. Para o Secretário-Geral do PSD, a estratégia passa por explicar aos bracarenses que “podem ter mais qualidade de vida e outro modelo de gestão” do município.

Ainda assim, Miguel Relvas depositou confiança nesta equipa para ganhar as eleições autárquicas do próximo ano. “Só estou aqui porque queremos ganhar a Câmara Municipal de Braga e sei que temos uma equipa nova na idade, mas sobretudo, nova na ambição e na postura”.

O discurso da posse do presidente da Comissão Política Concelhia da Secção de Braga do PSD, Ricardo Rio, também apontou para as autárquicas ao sugerir que,



de elementos da lista opositora à liderança da Comissão Política, o que mereceu palavras de apreço do Presidente do Plenário, António Marques.

Na sua opinião, “chegou o momento de, em Braga, não se ter medo de ser do PSD, independentemente das pressões que houver”, garantindo que o projecto de recuperação da sede concelhia vai mesmo avançar.

A Cerimónia contou também com a presença dos Presidentes das Comissões Políticas Distritais de Braga, Virgílio Costa, e do Porto, Marco António. – **CPS/Braga**

CPD de Santarém lança 23 “sites” de informação

A Comissão Política Permanente Distrital do PSD de Santarém, reunida na sua sede distrital, no princípio do mês, deliberou tomar a decisão que nos foi transmitida com pedido de publicação, de associar-se à iniciativa Nacional “Open Day”/ Dia Aberto, através do lançamento simultâneo de um conjunto de 23 sites, cada um por cada estrutura distrital do PSD e da JSD e estruturas Concelhias do PSD.

Decidiu também sublinhar a forma como o PSD está a investir nas novas tecnologias, marcando a sua afirmação como partido político do progresso e da modernidade, abrindo caminho à comunicação com os simpatizantes e cidadãos anónimos.

Os 23 “sites” estão disponíveis desde o dia 9 de Outubro, com os seguintes endereços:

COMISSÃO POLITICA DISTRITAL PSD www.psdstr.com
 COMISSÃO POLITICA DISTRITAL JSD www.jsdstr.com
 SECÇÕES CONCELHIAS:
 Abrantes - www.psdabrant.es
 Alcanena - www.psdalcanena.com
 Almeirim - www.psdalmeirim.com
 Alpiarça - www.psdalpiarca.com
 Benavente - www.psdbenavente.com
 Cartaxo - www.psdcartaxo.com
 Chamusca - www.psdchamusca.com
 Constância - www.psdconstancia.com
 Coruche - www.psdcoruche.com

Entroncamento - www.psdentroncamento.com
 Ferreira do Zêzere - www.psdferreiradozezere.com
 Golegã - www.golega.com
 Mação - www.psdmaçao.com
 Ourém - www.psdourem.com
 Rio Maior - www.psdriomaior.com
 Salvaterra de Magos - www.psdalvaterrademagos.com
 Santarém - www.psdantarem.com
 Sardoal - www.psdardoal.com
 Tomar - www.psdtomar.com
 Torres Novas - www.psdtoresnovas.com
 V. N. Barquinha - www.psdbarquinha.com
 Fonte: CPD Santarém

Actividades do Partido e Autarquias PSD

Notícias da Distrital de Setúbal

O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Jorge Martins Borrego e a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Graça Proença de Carvalho, deslocaram-se a Setúbal, no dia 15, para efectuar uma visita à Ecometais (Siderurgia Nacional) e participar na cerimónia de inauguração da linha de fragmentação de VFV - Veículos em Fim de Vida

Trabalho político da CPD



A actividade da CPD de Setúbal, de 15 a 24 deste mês, registou, no dia 15, as eleições dos Delegados para o XXVI Congresso Nacional do PSD, nas secções de Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Montijo, Palmela, Seixal, Setúbal e Sines.

Também no dia 15, eleições para a Comissão Política de Secção do Barreiro e no dia 16, eleições dos delegados para o XXVI Congresso Nacional do PSD, nas

secções de Santiago do Cacém e Sesimbra, a que se seguiram, no dia seguinte, as eleições dos delegados para o XXVI Congresso Nacional do PSD, nas seguintes secções: Alcácer do Sal e Moita e as eleições para a Comissão Política de Secção da Moita.

No dia 18, visita dos deputados eleitos por Setúbal e estruturas da CPD/Setúbal e CPS/Seixal, ao Centro de Emprego do Seixal. No mesmo dia, às 21 e 30, reunião da Comissão Política Distrital e da Comissão Política de Secção de Almada, na Sede de Concelhia, em Almada.

Também no dia 18 procedeu-se à entrega do inquérito "Radiografia de Portugal"

No dia 19, conferência de Imprensa, pelos Deputados do PSD eleitos por Setúbal, no Gabinete do Deputado, no Governo Civil de Setúbal. No mesmo dia, às 16 e 30, os mesmos deputados reuniram com o ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, Carlos da Costa Neves.

No dia seguinte, os deputados reuniram com a ministra da Ciência, Inovação e do Ensino Superior, Graça Carvalho.

No dia 21, a CPD participou na Festa/Jantar do 40º Campeonato Mundial de Pesca de Alto Mar, em Sesimbra e debate sobre a Nova Lei do Arrendamento, organizado pelas comissões políticas distritais da JSD e do PSD, com a presença do Dr. Pedro do Ó Ramos, administrador do INH, no Novotel, em Setúbal.

Finalmente, no dia 24 as duas CPD, da JSD e do PSD, organizam o 3º Torneio Laranja de Karting, no Kartódromo Internacional de Palmela, em Palmela.

Preocupações ambientais com ETAR intermunicipal

Os deputados eleitos por Setúbal, Luís Rodrigues, presidente da CPD, Miguel Frasquilho, Clara Carneiro, Bruno Vitorino e Pedro Roque, apresentaram na Assembleia da República e a propósito da ETAR Intermunicipal Almada/Seixal da Quinta da Bomba-Miratejo, um requerimento, no qual se lê:

«Desde a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais Intermunicipal Almada/Seixal da Quinta da Bomba-Miratejo, concelho do Seixal, que esta emite cheiros agressivos que afectam as populações envolventes.

«As autarquias responsáveis pela sua construção e pela gestão deste equipamento são as Câmaras Municipais de Almada e do Seixal.

«Os cidadãos de Miratejo estão confrontados com este problema há longos anos, levando muitas vezes a que nem sequer possam abrir as janelas das suas próprias casas.



«Por diversas vezes, a população já apresentou queixas desta situação não se sentindo qualquer alteração nos maus cheiros sentidos por todos.

«Considerando que os maus cheiros se têm manifestado ultimamente de forma violenta, provocando grandes perturbações na população vizinha e que o problema persiste, os Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, perguntam à Câmara Municipal do Seixal e à Câmara Municipal de Almada quais as medidas que foram tomadas até ao momento e quais as soluções que estão definidas para solucionar o problema da emissão de maus cheiros da ETAR da Quinta da Bomba-Miratejo/Seixal?

«Ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território os Deputados do PSD perguntam se este tem conhecimento do problema, que medidas fiscalizadoras tomou e que acções teve no sentido de levar as Câmaras Municipais de Almada e do Seixal a resolverem o problema?

- CPD/Setúbal



Novo Hospital de Cascais

A Resolução do Conselho de Ministros que desafecta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado o terreno designado por "Bateria de Alcabideche", no Concelho de Cascais, foi já publicada em Diário da República e vai permitir, oportunamente, a sua afectação ao Ministério da Saúde.

A par do lançamento do Concurso Público Internacional para o novo Hospital, integrado no regime de parcerias público-privado, acto que ocorreu em Setembro, no Centro Cultural de Cascais, com a assinatura de um despacho conjunto entre o Primeiro Ministro, Pedro Santana Lopes, e o Ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, trata-se de um passo decisivo no sentido de transformar esta velha aspiração dos cascaesenses.

Os trabalhos para a criação de acessos e instalação das redes de água, gás e esgotos, já começaram e estarão concluídos no final de 2006. - CPS/Cascais

Autarquia de Cascais

No passado dia 13 foram inauguradas as novas instalações do lar para crianças de risco, a "Casa das Conchas", sito na Avenida Marginal, n.º 4350 - S. Pedro do Estoril, presidida pelo Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Fernando Negrão.



Ministro da Saúde

O Ministério da Saúde vai criar unidades de radioterapia para doentes de cancro em Faro, Barreiro, Vila Real, Évora e Viseu, ao longo dos próximos três anos, anunciou o Ministro, no passado dia 8 de Outubro.

Luís Filipe Pereira referiu que «a concentração de meios humanos e de equipamentos de radioterapia em determinadas regiões do país (Lisboa, Porto e Coimbra) penaliza as populações que vivem noutras regiões».

O Ministro referiu ainda a importância de aplicar as medidas preventivas contra o cancro, descritas no Plano Oncológico Nacional (integrado no Plano Nacional de Saúde), incluindo «a realização de exames sistemáticos a toda a população saudável ou a grupos específicos seleccionados da população saudável, com o objectivo de diminuir a incidência e a mortalidade».

Alteração da receita medida e da comparticipação

O Ministério da Saúde vai alterar a actual receita médica e rever o sistema de comparticipação de medicamentos, repetindo medidas tomadas há quase dois anos para promover a prescrição de genéricos, segundo o Orçamento de Estado (OE) para 2005.

O documento, que foi entregue no Parlamento na semana passada, pormenoriza um conjunto de medidas relacionadas com a política do medicamento lançada pelo actual ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, quando tutelava a mesma pasta, no governo anterior.

Entre estas contam-se a revisão do modelo de receita médica, com o objectivo de “facilitar a utilização dos medicamentos genéricos”.

O modelo actual entrou em vigor em Janeiro de 2003 e permite que o clínico autorize o farmacêutico a substituir do medicamento que prescreveu por um genérico.

Com este modelo, passou a ser também obrigatória a prescrição pelo nome da substância



activa do fármaco (Denominação Comum Internacional - DCI), o que implicou o fim do receituário por nomes de marcas.

As duas medidas foram consideradas prioridades por Luís Filipe Pereira para o desenvolvimento do mercado nacional de genéricos, e criticadas pela Ordem dos Médicos, que considerou o modelo da receita “confuso”.

O objectivo da tutela quanto aos genéricos parece ter sido alcançado em parte: enquanto até 2003 estes medicamentos possuíam uma quota de mercado de 0,04 por cento, os números revelados pelo Governo no relatório do OE de 2005 indicam que os genéricos alcançaram uma quota de 7,6 por cento, entre Janeiro e Julho deste ano.

Para 2005 o Governo pretende igualmente alterar o sistema de comparticipação de medicamentos, para “garantir que as doenças mais incapacitantes e os doentes de menores recursos têm o acesso facilitado” aos fármacos.

O apoio do Estado na aquisição dos medicamentos nas farmácias foi alterado em Março

do ano passado com a introdução de um Sistema de Preços de Referência (SPR), segundo o qual a comparticipação de medicamentos que têm alternativa genérica no mercado passa a ser calculada com base num preço de referência, e já não efectuada por percentagem sobre o custo total do fármaco.

Segundo o Ministério da Saúde, a adopção do SPR permitiu, em 2003, uma poupança de 32 milhões de euros para os doentes e de 78 milhões para o Serviço Nacional de Saúde.

O sistema de comparticipação de medicamentos vai ser igualmente objecto de um estudo de avaliação, que o Governo pretende adjudicar no próximo ano.

A adopção de instrumentos de apoio à decisão dos médicos no momento da prescrição, o desenvolvimento da receita electrónica e a criação de um regime específico para a introdução de medicamentos de uso exclusivo hospitalar nas farmácias comerciais são outras das medidas com que o Governo conta avançar a partir de Janeiro. – **Min. Saúde**

Ministro das Obras Públicas: 350 milhões para acessos de Portalegre



O Ministro das Obras Públicas, António Mexia, anunciou um plano de investimentos nos acessos do distrito de Portalegre na ordem dos 350 milhões de euros.

Sobre a futura auto-estrada Portalegre/Castelo Branco, António Mexia considera ser «absolutamente vital» que todas as capitais de distrito do País estejam ligadas através de uma rede de auto-estradas.

Numa primeira fase, segundo o Ministro, a prioridade é ligar Portalegre à auto-estrada A23, não excluindo uma eventual ligação de Portalegre à A6, entre Lisboa e a fronteira do Caia.

O Ministro das Obras Públicas assegurou a introdução de portagens nas futuras auto-estradas Portalegre/Castelo Branco e Bragança/Vila Real.

Os projectos das duas novas auto-estradas deverão estar prontos para adjudicar em finais de 2005, princípios de 2006.

«Nenhum desenvolvimento será harmonioso se não houver um esforço conjunto entre o consumidor e o contribuinte», considera o Ministro, salientando que o dinheiro resultante da introdução das portagens nas ‘Scut’ «é fundamental para a conclusão do Plano Rodoviário Nacional».

António Mexia salienta que «se queremos concluir o Plano Rodoviário Nacional em dez anos é absolutamente impossível não olhar para um problema que foi criado com a questão das ‘Scut’». - **MOP**

Secretaria de Estado da Administração Local



O Secretário de Estado da Administração Local, José de Almeida Cesário, deslocou-se nos dias 16, 17 e 18 aos concelhos de Sernancelhe, Tabuaço, Moimenta da Beira, Oliveira de Azeméis, Vagos, Montemor-o-Velho, Castelo de Paiva, Vila Nova de Famalicão e Caminha, nas quais assinou a homologação de candidaturas e de contratos-programa, na área da sua secretaria de Estado.

As candidaturas e contratos estão integrados no Programa «Equipamentos Associativo e Religioso /Trabalhos de Natureza Simples».

No sábado, a primeira assinatura teve como parceira a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Ferreirim (Sernancelhe); seguiu-se o contrato-programa das malha viária intermunicipal de Sernancelhe/ Tabuaço/ Moimenta da Beira, com as câmaras municipais de Sernancelhe, Tabuaço e Moimenta da Beira.

No Domingo, foi inaugurada a Ponte de Valmadeiros, na freguesia de Palmaz – Oliveira de Azeméis, seguida pela inauguração da Sede do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 822, de Vagos e pela cerimónia do aniversário

da elevação de Pereira a vila.

Na segunda-feira, realizou-se a visita ao concelho de Castelo de Paiva, com cerimónia de assinatura de Protocolos de Modernização Administrativa com algumas Juntas de Freguesia do concelho de Castelo de Paiva, seguida de visita às Instalações da Capela Mortuária do Sobrado, arranquedas obras de remodelação do Salão Paroquial de Fornos e visita às obras de restauro da igreja de S.Martinho de Sardouro

À tarde, inauguração dos balneários da Associação Cultural e Recreativa, seguida da cerimónia de assinatura de Protocolos de Modernização Administrativa com algumas Juntas de Freguesia dos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela.

Às 18 horas, outra cerimónia de assinatura de protocolos de modernização administrativa com algumas Juntas de Freguesia dos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. – **Sec.Est. Adm. Loc.**

Florestas: apoios a pequenos proprietários



Os pequenos proprietários florestais das zonas de minifúndio passarão a ter subsídios para se associarem ou para alargarem as suas áreas de cultura e para procederem à substituição de eucaliptos, revelou o Secretário de Estado das Florestas, em 12 de Outubro.

Luís Pinheiro disse que «é de grande importância criar dimensão a partir do minifúndio, através da associação de produtores». E referiu ainda que, até ao final de 2004, os planos regionais de ordenamento florestal, elementos fundamentais na reforma da floresta, ficarão concluídos e serão submetidos a debate público. – **Sec. Est. Florestas**

Área do ambiente: áreas protegidas com ordenamento em 2006



O Governo tenciona aprovar, até ao final de 2006, a totalidade dos planos de ordenamento de áreas protegidas, anunciou o Secretário de Estado do Ambiente.

Moreira da Silva disse que esta é uma das prioridades do Ministério do Ambiente. «O grande salto será dado durante o próximo ano. Não são objectivos irrealistas, apesar de serem objectivos muito ambiciosos», acrescentou.

Portugal tem 29 áreas protegidas e apenas 8 têm aqueles instrumentos legais que compatibilizam conservação da natureza com o desenvolvimento económico. – **Min. Ambiente**

Ensino Superior e Ciência



A Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, deslocou-se no passado dia 8 aos Açores, para presidir à reunião do Conselho de Acção Social do Ensino Superior, que teve lugar na Reitoria da Universidade dos Açores.

Na ocasião a Ministra da Ciência e Ensino Superior fez a apresentação pública dos princípios enquadramentos da Reforma da Acção Social.

Depois, visitou a Biblioteca Central da Universidade dos Açores no “campus” de Ponta Delgada e em seguida o complexo residencial universitário das Laranjeiras.

No dia 9 a ministra deslocou-se à Ilha Terceira, para assinar três protocolos entre o Instituto Superior Técnico e o LAMTEC, (Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia da Universidade dos Açores), no “campus” da Universidade de Angra do Heroísmo. Estes protocolos têm como objectivo o desenvolvimento de projectos no âmbito das energias renováveis.

Ao princípio da tarde visitou as instalações da LAMTEC, e mais tarde as obras de construção do novo “campus” e a Residência Universitária de Angra do Heroísmo. – **MCIES**



AROUCA

Nos termos do Artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Arouca, para uma reunião ordinária, a realizar no próximo dia 5 de Novembro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório dos Bombeiros Voluntários, na Vila de Arouca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações a prestar pela Comissão Política;
2. Análise da situação política-partidária;
3. Autárquicas de 2005
4. Outros assuntos de interesse.

DISTRITAL ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste do Distrito de Lisboa, para reunir no dia 29 de Outubro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede Distrital do PSD dita na Rua 9 de Abril nº 5 – 3º - Torres Novas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise do XXVI Congresso do PSD;
2. Aprovação da moção de Estratégia ao Congresso.

DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria para reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2004., pelas 21h30, no auditório da Caixa de Crédito Agrícola, sito na Av. Santo António em Porto Mós, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.

NÚCLEO DE OLIVEIRA DO DOURO (VILA NOVA DE GAIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do Núcleo de Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, a reunirem em Plenário de Núcleo, no dia 20 de Novembro de 2004,

pelas 15h00, na sede da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Apresentação das listas concorrente à Eleição da Comissão Política de Núcleo;
2. Eleição da Comissão Política de Núcleo.
3. Tomada de posse da Comissão Política eleita;

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Núcleo, na sua residência, sita à Rua Gaiense, nº 36, Oliveira do Douro, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

VILA DO BISPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no dia 20 de Novembro de 2004, na sede sita na Rua Carlos Luís Correia Matoso, nº6 em Vila do Bispo, das 14h00 às 16h00 , com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de secção de Vila do Bispo.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunirem em assembleia, no próximo dia 26 de Outubro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Adriano Pinto Basto – sala 14 em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

TAVIRA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, venho por este meio convocar a Assembleia de Militantes da Secção de Tavira, para o dia 20 de Novembro de 2004 (sábado), pelas 15h00 na respectiva sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política Concelhia;

2. Eleição da Mesa da Assembleia.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

As listas candidatas aos respectivos órgãos, deverão dar entrada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, acompanhadas das respectivas declarações de aceitação, bem como do documento de subscrição da candidatura.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Trofa, para reunirem em Plenário de Secção, no próximo dia 8 de Novembro de 2004, pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Martinho de Bougado, sito na Avenida de Paradela – Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Preparação do XXVI Congresso do PSD.



NÚCLEO de VALBOM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Núcleo Residencial de Valbom, para Assembleia Eleitoral, no dia 20 de Novembro de 2004, pelas 14h30, na Sede do Núcleo Residencial do PSD de Valbom, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 60 R/C, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial;

Nota:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar.

2- As urnas estarão abertas até às 19h00.

CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Setúbal, para o próximo dia 31 de Outubro de 2004, pelas 17h00, no Salão Nobre da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Marcação do 1.º Conselho Distrital Eleitoral.

SECÇÃO B – LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da JSD – Secção B de Lisboa, para uma reunião no próximo dia 25 de Novembro de 2004, pelas 18h00, no Salão Nobre da Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues, nos termos estatutários e regulamentares ao Presidente da Mesa ou a quem legalmente o substitua até às 24horas do 3.º dia útil anterior às eleições

As urnas estarão abertas por um período de 5 (cinco) horas



Distrital dos TSD de Viseu

Ao abrigo dos Estatutos dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Viseu, para o Acto Eleitoral a realizar no dia 22 de Novembro, das 21H00 às 23H00, na Sede Distrital, no Rossio, nº14-2º, em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

Nota: As listas dos candidatos devem obedecer ao Regulamento Eleitoral e devem ser apresentadas ao Órgão que convoca as eleições, até às 22H00 do 5º dia útil anterior ao Acto eleitoral e no local constado na convocatória. (artº 4º nº3 do Regulamento Eleitoral)

30 Anos de social democracia no distrito de Setúbal: Jorge Nuno Sá em Grândola

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD organizou, em colaboração com a JSD/Grândola, um jantar/debate sobre os 30 Anos de Social Democracia, onde estiveram presentes como oradores convidados o Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá, e o Presidente da CPD/PSD, Eng. Luís Rodrigues.

Numa iniciativa que contou com a presença de muitos militantes e simpatizantes, apesar de se ter realizado num local de tradição da esquerda profunda, serviu para mostrar que com empenho, a social democracia pode também aí afirmar-se com uma alternativa de poder.

Como foi referido durante as intervenções da noite, falta cumprir em muitos aspectos o 25 de Abril no Distrito de Setúbal, na certeza de que o PSD e os seus militantes têm condições para afirmar a sua diferente forma de estar na política (e que foi superiormente começada por Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota em 1974), e na certeza de que a força do PSD nasce das suas bases.

Jorge Nuno Sá realçou que esse espírito de serviço ao país e de respeito pelos portugueses, deve figurar como exemplo nestes momentos de governação em que temos que ter a força para transformar os tempos menos bons em pontos de passagem num trajecto que nos vai guiar ao Portugal do Futuro.

Jorge Nuno Sá na tomada de posse da nova CPS/JSD-Seixal

Foi durante um jantar promovido pela recém eleita Comissão Política Concelhia do Seixal, que o Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá, participou na tomada de posse formal dos novos órgãos, juntando-se a mais de uma centena de bem dispostos convivas.

Este jantar contou também com a presença do Presidente da CPD/JSD, Nuno Matias e do Presidente da CPS/PSD do Seixal, Manuel Pires.

Nuno Matias, igualmente membro da Comissão Política Nacional da JSD, destacou o facto de este mandato de 2 anos abarcar em si mesmo 3 eleições importantes: Autárquicas, Presidenciais e Legislativas, pelo que cabe à JSD a responsabilidade de se afirmar no trabalho e irreverência, demonstrando ao Partido a necessidade absoluta de confiar nos militantes da JOTA, o seu mais forte aliado. Não deixou de reafirmar que espera que a nível nacional o Partido olhe para o Distrito de Setúbal com outros olhos e proporcione mais apoios que permitam afirmar o PSD como alternativa credível.

Miguel Martins, recém-eleito líder da JSD/Seixal, afirmou a forma motivada como novos dirigentes encaram o mandato que têm pela frente, apostando no crescimento do número de militantes e de combater o desgoverno comunista que está, hoje, à frente da autarquia seixalense.

Jorge Nuno Sá, Presidente da JSD, destacou a importância do momento político actual, em que é necessária toda a força para ajudar o Partido e o Governo a ultrapassar um período menos conseguido da Governação, em que alguns erros têm ensombrado a sua imagem junto da população, apesar de “continuarmos confiantes que será o PSD (líder da coligação) que melhor está capacitado para nos levar a bom porto”

O Presidente da CPN/JSD destacou que os próximos 2 anos serão decisivos para a afirmação de Portugal com um país moderno, mais desenvolvido, e inovador até na atitude e mentalidade. Reafirmou que a JSD e os seus militantes “estão cá” para ajudar o PSD e Portugal, sempre com o objectivo de Construir e Garantir o Futuro.



Ana Zita Gomes e Gonçalo Capitão apadrinham site da JSD/Portalegre



Já está disponível em www.cpdjdsportalegre.com e pretende ser a nova sede virtual da Comissão Política Distrital da JSD/Portalegre, mais uma CPD a criar o seu espaço na net.

A apresentação deste site teve lugar no passado dia 24 de Setembro, pelas 21.30, no Auditório do Instituto Português da Juventude em Portalegre, contando com a presença de inúmeros dirigentes e militantes do Alto Alentejo.

Os convidados de honra da JSD foram Ana Zita Gomes, Secretária-Geral da CPN, e Gonçalo Capitão, Deputado da JSD, que foram os padrinhos deste novo espaço de intervenção política.

Uma das novidades do site e primeira entrevista é com José Matos Rosa, Secretário Geral Adjunto da CPN/PSD, já lançada em www.cpdjdsportalegre.com. A não perder.

JSD/Loulé activa em várias frentes

Após a bem sucedida realização da 3ª edição da “Rentrée” do Estudante (17/Setembro), que juntou cerca de 1500 jovens de todas as idades em torno da temática da prevenção de riscos, a JSD/Loulé tem-se mantido activa num plano mais político.

Assim, emitiu recentemente dois comunicados destinados a quem segue mais de perto a política na região.

Respondendo a ataques pouco esclarecidos e com intuítos meramente mediáticos dos jovens socialistas, a JSD/Loulé criticou vivamente forma de estar da JSD, acusando-a de só pretender protagonismo à custa dos jovens algarvios. “Não nos identificamos com este tipo de pessoas. Este tipo de pessoas não é solução para a nossa região”, referia o comunicado.

“Finalmente a Nova Estrada Loulé-Quarteira sai do papel”, foi a outra nota de imprensa emitida por esta estrutura concelhia, que se congratulou por mais uma vitória deste concelho de executivo laranja: a apresentação da nova ligação entre o nó de Loulé da Via do Infante e o cruzamento das Quatro Estradas na EN 125, feita pelo Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, Eng. Jorge Costa.

CPD/Aveiro tem novo líder Jorge Nuno Sá presente da tomada de posse

No passado dia 18 de Setembro, os delegados das secções do Distrito de Aveiro elegeram o companheiro Amadeu Albergaria para a presidência da Comissão Política Distrital.

O dia foi preenchido por uma vasto conjunto de debates e discussão em torno de moções de estratégia, sendo a noite ocupada por intervenções de destacados dirigentes da JSD e PSD.

Jorge Nuno Sá, Hermínio Loureiro e Ribau Esteves, foram algumas das presenças, no dia em que o companheiro Paulo Cavaleiro passa um testemunho que, fazemos votos, continue a ser honrado pelos novos dirigentes.

CURTAS/AGENDA

- JSD/Trofa defende cultura da região.

Com o objectivo de promover o convívio e o espírito de preservação cultural, a JSD/Trofa visitou o Castro de Alvarelos, importante elemento do património arqueológico e natural!

- Site da JSD/Torres Vedras:

a Comissão Política de Secção da JSD/Torres Vedras e o Gabinete de Informação da CPN recomendam vivamente um visita a www.jds-tvedras.com

- ESD/Madeira em Festa.

Teve lugar no passado 1 de Outubro uma mega festa dos estudantes social democratas madeirenses. O evento decorreu no Alpha, tendo-se pautado por um enorme sucesso.

- Luís Filipe Menezes com a JSD/H.

A Secção H da JSD recebeu o presidente da CM Gaia para uma sessão reflectiva denominada “Fazer + pela nossa Terra”. O debate foi no dia 28 de Setembro, e levou muitos interessados à sede de Secção

- JSD/Lousada organiza torneio de Karts.

Foi no dia 2 de Setembro, no Eurocircuito de Lousada, que a JSD local juntou mais de uma centena de jovens participantes. Uma tarde bem passada, onde política e convívio se entrelaçaram.

Eleições regionais ditam resultados diferentes



Os resultados finais das eleições regionais, para os parlamentos das regiões autónomas dos Açores e Madeira, que decorreram no passado Domingo, ditaram resultados diferentes.

Nos Açores, apesar da esforçada campanha desenvolvida pela Coligação e liderada por Victor Cruz, que se empenhou a fundo, de alma e coração, para recuperar a liderança daquela região, os nossos adversários do PS conseguiram uma vitória significativa, com os seguintes resultados:

Votantes inscritos, 189,674; votos entrados, 105,567, percentagem 55.66%; abstenção 44.34%; brancos e nulos, 1,58%.

PS: 59,96%, 31 mandatos; PSD: 36,82%, 21 mandatos.

Os restantes partidos tiveram votações residuais, que não lhes permitira eleger qualquer deputado regional.

Na hora de conceder a vitória ao seu adversário, Victor Cruz, com elegância, disse: “Agradeço a todos os dirigentes da coligação, a todos os militantes, a todos os que fizeram desta campanha uma campanha alegre, dinâmica, construtiva, com ideias”, afirmou.

Depois, referiu que, quando se é democrata se está sempre bem, sobretudo quando se está de consciência tranquila.

“Fiz tudo o que estava ao meu alcance”, acrescentou o candidato, deixando uma palavra aos seus eleitores, pedindo-lhes que não ficassem tristes, “porque amanhã é um novo dia”.

“O povo tem sempre razão e hoje disse de forma clara que queria que o PS continuasse a governar. Parabéns a Carlos César, desejo que faça um bom trabalho nos próximos quatro anos”, acrescentou.

Finalmente, revelou que pediria a sua demissão, pedindo a todos que compreendessem a sua decisão, e recebendo uma grande salva de palmas, de pé.

Na Madeira, maioria absoluta do PSD

Na Madeira, a situação foi a inversa. O PSD ganhou as eleições regionais, permitindo a Alberto João Jardim um oitavo mandato como presidente do Governo Regional.

Para a Assembleia Legislativa Regional, o PSD obteve 53,6% dos votos expressos e elegeu 44 deputados, contra os 41 que tinha na legislatura anterior.

O PS obteve 19 mandatos, o CDS 3, a CDU 2 e o BE 1 deputado.

Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim é, mais uma vez, o grande vencedor das eleições legislativas regionais realizadas domingo na Região Autónoma da Madeira e prepara-se para mais quatro anos à frente do Governo madeirense.

Este é o oitavo mandato que Alberto João Jardim se propõe cumprir

Com esta vitória, Alberto João Jardim torna-se na personalidade com maior longevidade política em Portugal e possivelmente um dos mais antigos na Europa – conta já com 26 anos de presidência do Governo Regional, cargo que assumiu em Março de 1978, quando substituiu, a meio do mandato, Ornelas Camacho, eleito o primeiro presidente do executivo regional.

Amado por uns e criticado por outros, Alberto João Jardim é um líder carismático e popular, um verdadeiro símbolo do PSD/M e da Região.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Jardim foi durante algum tempo professor,

jornalista e gestor.

Nascido a 05 de Fevereiro de 1943, no Funchal, Alberto João Jardim é um homem que adora a vida, tem um levado sentido de humor e uma grande capacidade de adaptação aos ambientes mais dispares.

O seu temperamento forte, manifesta-se sem ambiguidades na defesa dos seus princípios e dos interesses da Madeira, mas revela-se incapaz de guardar rancores.



Cumpriu o serviço militar como Oficial de Acção Psicológica, no Estado-Maior do Exército, em Lisboa e no Quartel-General da Madeira.

Co-fundador na Madeira, do PSD, ocupou vários cargos nas Comissões Políticas Nacionais, incluindo vice-presidente de Marcelo Rebelo de Sousa.

Desempenhou vários cargos em instituições europeias, como no Comité das Regiões da U.E, do qual foi vice-presidente em 2001 e 2002; foi presidente da Conferência das Regiões Periféricas (entre 1987 e 1996), da qual é presidente honorário, é membro fundador da Assembleia das Regiões da Europa e, desde 1978, preside à delegação portuguesa do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa.

É doutor “honoris causa” em Ciências Políticas pela universidade italiana de S. Cirilo e possui várias condecorações e títulos honoríficos.

Barragem de Cahora-Bassa, no encontro do Primeiro-Ministro com Joaquim Chissano



Um acordo sobre a reversão a Moçambique da Hidroelétrica de Cahora Bassa, detida maioritariamente por Portugal, pode ser assinado em Novembro, depois de sete anos de negociações, anunciou o Primeiro-Ministro, numa conferência de imprensa conjunta, após um encontro com o presidente moçambicano Joaquim Chissano.

Pedro Santana Lopes manifestou o desejo de ver concluído o acordo antes do

fim do mandato de Joaquim Chissano, que termina em Dezembro, e referiu, em diferentes momentos do encontro com os jornalistas, que uma solução está “mesmo próxima” e “à beira de um ponto final”. Santana Lopes anunciou ainda que, também para Novembro, está marcada mais uma reunião entre técnicos dos dois países, manifestando a esperança de que, nesta ocasião, seja possível “chegar a bom porto”, e possa ser anunciado “o sucesso final deste processo longo”.

Os dois países mantêm desde meados deste ano conversações formais sobre a questão, mas a dívida de 1,8 mil milhões de euros que Portugal reclama a Moçambique, tem bloqueado as reuniões bilaterais e obrigou ao recurso a consultores que irão avaliar a capacidade energética da barragem para se definir o montante da indemnização pedida por Lisboa.

Enquanto não é divulgado o acordo final, ficam por esclarecer os pontos de divergência que estão a ser negociados porque, segundo o Primeiro-Ministro, e alterando o ditado, “o segredo é a alma do sucesso”.

Apesar do optimismo que manifestou, Santana Lopes ressaltou que há “questões ligadas ao futuro da estrutura do capital da empresa, relações financeiras entre a empresa e os estados português e moçambicano”, que são “complexas”, mas que foram tratadas neste encontro com “franqueza”, “abertura”, “frontalidade” e “empenho”.

Por seu lado, Joaquim Chissano também fez questão de se mostrar optimista, mas na sessão solene no parlamento português, esta manhã, considerou que o governo português criou junto do “governo e povo moçambicanos a expectativa” de que a questão de Cahora Bassa seria resolvida rapidamente, o que acabou por dar lugar à esperança, em vez do “desapontamento e ao pessimismo”. – Fonte: Lusa